

O jornal “Cidade de Ituiutaba” como ferramenta de rarefação discursiva na disputa pelo poder

Maria Angélica da Costa Silva  
mariaangellicadacosta@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo, com base na análise de discursos foucaultiana, que consiste no método genealógico, busca entender a posição do jornal “Cidade de Ituiutaba” enquanto campo discursivo e ferramenta política utilizada pela elite local da cidade de Ituiutaba-MG para defender seus interesses e se auto-afirmar politicamente na cidade. Além de mostrar as características do jornal a partir de seus próprios discursos, pretende-se apresentar também a aplicabilidade do princípio de rarefação discursiva elaborado pelo jornal frente à autarquia de abastecimento de água local, a SAE (Superintendência de Água e Esgotos), processo no qual a instituição passou de solução para a falta de água na cidade para uma instituição arbitrária, frente aos interesses de algumas dessas vozes emitidas pelo jornal.

**Palavras-chave:** genealogia; discursos; jornais

### O jornal “Cidade de Ituiutaba”: produtores, consumidores e objetivos

#### “CI” TEM OFICINA PRÓPRIA

Após mais de dois meses de interrupção “Cidade de Ituiutaba” volta a circular. Fomos forçados a sustar, por algum tempo, a circular do nosso jornal que era impresso fora até que pudéssemos adquirir máquinas e material para sua confecção nesta cidade. Não tínhamos mais nenhuma condição para continuar fazendo-o em oficina alheia, em virtude do seu crescente custo e da insuficiência de receita. Além disso, não podíamos acompanhar o trabalho de composição, paginação e revisão. Por isso o jornal não saía em conformidade com os nossos desejos e de nossos anunciantes e leitores.

(...)

Agora coroados de êxitos de nossos esforços em prol da oficina própria, podemos oferecer ao povo de Ituiutaba e da região um jornal bastante melhorado, feito com capricho e carinho. O formato é um pouco menor que o anterior. Todavia, logo deverá sair com maior número de páginas, logo estejamos aparelhados para isso (Jornal Cidade de Ituiutaba, 02/07/1970).

O jornal Cidade de Ituiutaba circulou entre os anos 1965 e 1982<sup>1</sup>. Foi fundado pelo Sr. Benjamin Dias Barbosa, e por Ruy do Nascimento, passando a ter como sócio o Sr. Tobias A.

---

<sup>1</sup> A coleção se encontra na hemeroteca da Fundação Cultural de Ituiutaba, em Ituiutaba-MG. Este e os demais periódicos da coleção foram digitalizados pelo CEPDOMP – Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal. Ambos locais são de fácil acesso para consulta. No entanto, as coleções não estão completas, apresentando significativo número dos exemplares, salvo algumas lacunas de edições, e pequenas avarias no material físico. O período de circulação é aproximado, o recorte inicial ocorre pela recorte temporal do

R. Oliveira, assim que adquiriu oficina própria, na cidade de Ituiutaba-MG. O primeiro foi redator e diretor do jornal até 1972, quando o Sr. Ruy Barbosa Castanheira assumiu a redação, e a Sra. Rita Barbosa se tornou diretora comercial. Nesse período, o fundador do jornal permaneceu como diretor geral. Em 1976 o jornal passou a ser propriedade dos advogados Sr. João Nogueira de Menezes e de Manoel Tibúrcio Nogueira, permanecendo ainda o mesmo redator, Ruy B. Castanheira<sup>2</sup>.

O “CI” rodava em edições semanais até 1970, quando começou a ser impresso na própria cidade. Neste momento, eram ofertadas duas edições semanais. Enquanto o redator chefe foi o próprio fundador do mesmo, as reportagens e colunas, em sua maioria assinadas por ele, tiveram um tom pessoal um diálogo direto com o leitor, tal como se apresenta no excerto supracitado.

Observando os temas tratados no periódico, eminentemente voltados à política e economia, e seus anúncios – de carros, de máquinas agrícolas, cerveja, de profissionais liberais locais, lojas do comércio local – pode-se afirmar que os consumidores do mesmo, pertenciam ao mesmo círculo social que os próprios anunciantes: uma classe economicamente dominante na cidade, composta por letrados, profissionais liberais, comerciantes, fazendeiros e políticos. Cada um poderia exercer mais de uma função, como os vereadores, que em sua maioria eram comerciantes, donos de pequenas indústrias, fazendeiros, advogados. Eles também eram as pessoas que fruíam no acanhado centro urbano da cidade, que não passava de uma área de aproximadamente 16 quadras, sendo que o restante da cidade, denominado zona suburbana e adjacente, era formada por casas simples, lotes onde se praticava agricultura, e criação de pequenos animais para abate. Era onde se concentrava a população mais carente, como trabalhadores rurais, trabalhadores liberais, lavadeiras, empregadas domésticas<sup>3</sup>. Pode-se afirmar, portanto, que era uma classe letrada e economicamente privilegiada que falava de si mesma para seus pares através do jornal, e que, quando falava da cidade pujante e próspera, se referia àquele centro urbano e comercial de poucas quadras, ou do campo, lugar de onde provinha boa parte da renda daquela população e de onde partia a fama de “capital do arroz”,

---

periódico, que enumera os anos de sua publicação, como Ano, I, II, etc. o recorte final é o ano do último exemplar encontrado na hemeroteca.

<sup>2</sup> Falar dos proprietários: profissão, etc.

<sup>3</sup> Ituiutaba. Zoneamento Urbano. Lei Nº 312 de 18 de março de 1955.

do município. Observando as mensagens de comemoração do 71º aniversário da cidade, uma das mensagens diz o seguinte:

CAGEP – Cia. de Armazéns Gerais da Produção

Avenida 19 n. 1636 – Tel 1457 – Ituiutaba (MG)

Sente-se orgulhosa em participar, dentro de suas atividades comerciais, do extraordinário surto de progresso da Arrozcap, associando-se às comemorações dessa data de grande alegria, quando transcorre o 71º aniversário de criação do município.

Salve 16 de setembro! (Jornal Cidade de Ituiutaba, 16 de setembro de 1972)

Cada jornal costumava ter entre quatro e seis páginas em tamanho “A3”. Em edições comemorativas, como as do aniversário da cidade, poderiam chegar até doze páginas contendo mensagens de congratulações nas quais, ao mesmo tempo em que se felicitava a cidade, as empresas locais poderiam dar visibilidade à sua marca. Além disso, essas edições exaltavam o nome da de Ituiutaba e reafirmavam sua importância na região enquanto produtora de arroz. O “CI” atuava como uma vitrine da cidade, na qual exibiam o progresso material vivido naquele momento, enquanto resultado dos lucros da produção agrícola e de sua importância para a região. Esses frutos eram as obras urbanas recém construídas, as conquistas de um município em crescente atividade econômica, como ocorrido nas décadas de 1960 e 1970<sup>4</sup>.

Os discursos emitidos pelas vozes<sup>5</sup> que tinham vez no jornal eram responsáveis pela construção de uma cidade “pujante”, “prospera” e “moderna”. Esses discursos criavam uma impressão de modernização constante, levando-se a crer que o processo de modernização urbana pelo qual a cidade passava – com a pavimentação de ruas, ligação de estradas, construção de prédios – culminaria no surgimento de uma grande metrópole, ou este processo de modernização seria constante, ininterrupto e duraria por um longo período. Segundo o

---

<sup>4</sup> Entre as décadas de 1950 e 1980 o município de Ituiutaba-MG ficou conhecido no estado pela grande quantidade de arroz produzido e beneficiado no local. Com a atividade agrícola e comercial auferindo lucros em boa quantidade, esse período também compreendeu boa parte das obras de modernização urbana, com a instalação da autarquia municipal de abastecimento de água e esgotos, pavimentação de ruas, crescimento urbano, oferta de serviços e aumento populacional.

<sup>5</sup> Os redatores e produtores do jornal, os anunciantes – comerciantes e profissionais liberais – os assinantes, classe letrada e urbana, os donos de propriedades rurais, os políticos locais, que exerciam também alguma(s) dessas atividades citadas.

jornal, “Ituiutaba é, no presente [1972], um centro de enorme expressão econômica e cultural. Ituiutaba cresceu e seu extraordinário desenvolvimento atinge todos os setores do município” (Jornal Cidade de Ituiutaba, 16/09/1972). Parabenizando a cidade pela data, a mensagem da Câmara Municipal almeja que “O futuro da terra tijucana há de ser aquele com que todos sonhamos e para o qual estamos dando nossa parcela de contribuição” (Jornal Cidade de Ituiutaba, 16/09/1972).

Ao longo de quase duas décadas o jornal mudou de proprietários, no entanto, sem perder o mesmo teor de seus discursos. O projeto editorial não sofreu muitas alterações com a entrada do Sr. Ruy B. Castanheira na redação tampouco ocorreram mudanças drásticas com a venda deste para os advogados João Nogueira e Manoel Tibúrcio Nogueira, alguns anos depois, sobretudo pelo fato da permanência do mesmo redator. Obviamente o jornal não continuava o mesmo quando comparadas edições iniciais, da década de 1950 e as finais, dos anos 1980. O número de páginas aumentou, algumas reportagens passaram a ser mais extensas e o *slogan* “Um jornal independente a serviço da região” foi substituído, no início dos anos 1970, por “Fundado em 25 de dezembro de 1965” reafirmando a importância do mesmo e a perpetuação de uma tradição enquanto um dos principais jornais da cidade<sup>6</sup>. Além disso, na década de 1980 o jornal passou a ser diário, e passou também a apresentar um *layout* mais “limpo” com as colunas melhor distribuídas, separadas, com as seções bem delimitadas. Por outro lado, pensando os produtores e mantenedores do mesmo, bem como seus consumidores, e o teor das reportagens, é fácil afirmar que algumas posturas e interesses continuaram a ser defendidos, como uma pretensa imparcialidade, reafirmando a posição do município, a importância daquelas elites locais, exibindo a modernização do centro urbano como se fosse o todo, e ocultando a pobreza, as contradições e desigualdades presentes naquela sociedade. O jornal destacava os acontecimentos políticos locais e estaduais, desde o resultado de eleições até as querelas partidárias. Em 1965, sob os auspícios da promessa de desenvolvimento econômico do Presidente Castelo Branco para o ano seguinte, o editorial assinado por Petrônio Rodrigues Chaves, intitulado “Classes produtoras no *front* do

---

<sup>6</sup> Entre os jornais que circularam na cidade no período, estão o jornal “Folha de Ituiutaba” e o jornal “Correio do Triângulo”.

desenvolvimento” afirma que o desenvolvimento da economia local é prejudicado pela política, pois:

Para ingressar nessa nova fase, precisaríamos da liderança da Prefeitura Municipal. Esta, entretanto, é limitada pela dependência da Câmara de Vereadores, que nem sempre decide sem isenção política, órgão que é integrado de representações de facções partidárias, sujeito a limitações impostas pelo jogo parlamentar (Jornal Cidade de Ituiutaba. 30/12/65).

Em outra reportagem, de julho de 1976, é reforçado o papel da administração municipal na oferta de recursos para empreendimentos na cidade:

#### CASEMG<sup>7</sup> AGUARDA DOAÇÃO DO TERRENO PARA SILO

O Sr. Moacir Ribeiro Franco, gerente da agência local da CASEMG, presente à reunião da ACII<sup>8</sup> falou a respeito dos planos daquela companhia em nossa região. (...) Acrescentou que se o prefeito não der a área pedida pela CASEMG, perderemos o silo, que irá para outra cidade onde existe terreno à sua disposição (Jornal Cidade de Ituiutaba, 13/07/76).

O jornal aponta a relevância das escolhas políticas e das interferências partidárias como fator direto no desenvolvimento da economia local. Mas por ora, imagine quem eram esses beneficiários, senão os grandes produtores locais que precisavam armazenar um volume significativo de arroz? E os meeiros<sup>9</sup> e pequenos agricultores, será que eles seriam beneficiados com a instalação de um silo na cidade? Por que os próprios produtores rurais não se mobilizaram e adquiriram um terreno para tal pleito? O tom grave do segundo excerto – e até mesmo de ameaça para o Legislativo e Executivo municipal – aponta para esses interesses e para as vozes que falam a partir do jornal, de onde elas falam e para quem, sob quais intenções. Portanto, reitera-se que os discursos do jornal revelam um conjunto de vozes de uma elite econômica local, que estava inserida na política e que fazia uso do jornal para se reafirmar, para se promover, praticando seu poder através do discurso, no local e momento privilegiados que é o jornal, estabelecendo uma “ordem discursiva” favorável a seus interesses econômicos e políticos.

<sup>7</sup> Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais.

<sup>8</sup> Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba.

<sup>9</sup> O sistema “meeiro” consistia em um acordo entre o proprietário rural e o trabalhador rural. O primeiro oferecia a terra e as sementes enquanto o segundo se encarregava de todo o processo de plantio e colheita. Ao final da safra, a produção era dividida ao meio entre eles. Essa exploração do trabalhador rural isentava o proprietário de terras de qualquer vínculo empregatício.

## **Discurso e poder**

Em “A ordem do discurso”, Michel Foucault apresenta a hipótese de que:

a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seu poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.(FOUCAULT, 2014: 8-9)

O discurso, com seus poderes e perigos – como adverte o filósofo – revela os sistemas de dominação da sociedade, sendo ele a própria realidade, visto que o discurso é o poder pelo qual os indivíduos lutam e tentam a todo instante se apossarem. Para o autor, a única maneira de ter acesso à realidade é através dos discursos. Essa noção é operatória na medida em que para Foucault não existe uma realidade pronta, natural e anterior ao discurso. Quem cria essa realidade são os discursos empreendidos acerca dela. Para O’Brien (2011), servindo-se dessa perspectiva foucaultiana, é interessante observar, que, por exemplo, “a noção de “homem” é uma invenção “recente” da cultura europeia a partir do século XVI. O Estado, o corpo, a sociedade, o sexo, a alma, a economia, não são objetos estáveis, são discursos (...)” (O’BRIEN, 2001: 47).

A produção desses discursos, portanto, não é livre nem gratuita. A todo instante se busca o controle desses discursos, de sua produção e de sua disseminação. Para isso, a sociedade, na sua tentativa de controle dos discursos, criou mecanismos de exclusão, que são eles: a interdição (mecanismo de impedimento de que algo seja falado em qualquer circunstância), a rejeição (que invalida a fala daqueles que não são “normais”) e a vontade de verdade (que se serve do apoio institucional para validar os discursos). Estes mecanismos regem os aspectos externos do discurso (FOUCAULT, 2014: 9-19).

O primeiro mecanismo, a interdição, consiste em impedir que todos falem acerca de qualquer assunto em qualquer circunstância. Ou seja, ele se subdivide em mais três princípios, que são o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito do privilegiado (FOUCAULT, 2014: 9). Michel Foucault afirma que essas interdições se entrecruzam formando uma grade cerrada, que se modifica constantemente e que, as regiões discursivas em que essas grades são mais cerradas são a sexualidade e a política. “(...) como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro, no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica,

fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes.” (FOUCAULT, 2014:9). No jornal “Cidade de Ituiutaba” quem fala são os redatores e colaboradores, acerca dos assuntos pertinentes a eles, os que transitam nos círculos privilegiados daquela sociedade: a política e a economia local, as reuniões dos clubes, as festas da “sociedade tijucana” nas quais não têm vez os pobres, os trabalhadores migrantes, nem a oposição política. A oficina e redação do jornal recebem os “amigos e colaboradores” autorizados a entrar naquela ordem discursiva e tomar parte no ritual da circunstância: “Temos a satisfação de comunicar que mudamos a oficina deste jornal para o centro da cidade [...] a redação também foi transferida para esse endereço, onde teremos o prazer de receber os amigos e colaboradores” (Cidade de Ituiutaba, 13/07/1972).

O segundo mecanismo de exclusão, a rejeição, ou separação: Consiste em invalidar a fala daqueles que não são considerados “normais”, ou capazes de falar, de ser ouvidos. O discurso da normalidade acaba por enclausurar esses indivíduos em uma região paralela na qual se faz uma interpretação específica de seus discursos, sendo ela considerada irracional ou mística (FOUCAULT, 2014:11). Em uma homenagem à postura do prefeito, busca-se justificar sua ação “humanista” e filantrópica, ao mesmo tempo em que se desqualifica a postura daqueles denominados “socialistas marxistas”. A data, 1974, reafirma o momento de um regime ditatorial no país, no qual a postura daqueles que iam contra o regime eram qualificados como socialistas e marxistas:

Aos de mentalidade capitalista clássica, ferozes partidários da iniciativa privada, ou aos **socialistas marxistas, propugnadores de uma sociedade que jamais resulta sem classes e que custa sangue**, aponta-se uma terceira solução conciliadora, a humanista “centrada no homem medida de todas as coisas”. A posição humanista, [...] dá a única solução viável e digna: a mobilização das forças e recursos sociais para **devolver a iniciativa àqueles que, histórica e socialmente a perderam de todo**. [...] Não perderemos detalhes, vamos apenas lembrar que os **Centros Comunitários são uma realização sócio-educacional planejada, da Prefeitura de Ituiutaba** (Jornal Cidade de Ituiutaba, 16/09/1972. Grifos meus).

Evidencia-se, no editorial, a posição do jornal frente aos pobres daquela sociedade<sup>10</sup>: são aqueles sem iniciativa, e que precisam de medidas sócio-educacionais para voltar à ação, ao trabalho. Já os “marxistas” e “socialistas” são aqueles que querem uma sociedade sem

<sup>10</sup> Pessoas que se encontravam fora do mercado de trabalho, andarilhos, moradores das periferias, pessoas sem instrução e sem as mínimas condições de existência. Estes eram julgadas por aquela classe juntamente com os que praticavam pequenos crimes e que estavam entregues ao vício e à violência.

classes à custa de sangue. Rejeita-se a postura passiva do pobre e a postura revolucionária daqueles que defendem a “sociedade sem classes”, desqualificando seu discurso, rejeitando-o.

A posição privilegiada do jornal, enquanto veículo de informação, que veicula a palavra escrita, que pretende obter a verdade, a transparência, acaba validando os discursos daquela sociedade. A vontade de verdade, serve-se do apoio institucional para sua distribuição e validação. Esse apoio institucional consiste em um poder de coerção exercido sobre a sociedade, que é praticado pelo sistema de ensino, pela ciência, pela literatura e, nesse caso, pelo jornal local, órgão oficial. A sociedade busca sempre a verdade, o discurso verdadeiro, o discurso científico (FOUCAULT, 2014:13-17). Para Foucault os dois primeiros princípios de exclusão têm, ao longo do tempo, se orientado na direção desse último, visto que:

(...) há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção [a vontade de verdade]; é que, cada vez mais, ele procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos, na medida em que são atravessados agora pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável” (FOUCAULT, 2014:18-19).

Por essa razão é cada vez mais difícil perceber, em nossa sociedade esse “jogo” de construção da verdade, que atravessa o discurso, e da qual cada vez menos se fala. Na medida em que se busca mais a verdade, menos se percebe o desejo que se tem de obtê-la, e o poder que essa vontade exerce sobre o discurso. Passemos, agora, para os mecanismos de controle interno do discurso, ou os princípios de rarefação do discurso. Enquanto, Para Foucault, os mecanismos externos ocultavam os aspectos do desejo e do poder, que envolvem os discursos, os mecanismos internos envolvem a esfera do acontecimento e do acaso; regulam a disseminação e a reprodução desses discursos. São eles: o comentário, o autor e a disciplina. Sinteticamente, nesses princípios de rarefação quem exerce o controle é o próprio discurso.

O princípio do comentário, segundo o filósofo, seria observável através do que é dito no decorrer dos dias, das trocas, das práticas, o discurso praticado constantemente. Há também aqueles que reproduzem essas falas, fórmulas, conjuntos de rituais diários, reprodução de narrativas. Não há um princípio criativo, e quando há uma obra que é constantemente reproduzida, ela se atualiza na medida em que o discurso é praticado, falado, repetido, mesmo que com um novo significado;



O princípio de rarefação, elaborado pelo autor, é um princípio de origem de determinado discurso. Nem sempre ele é necessário. Na literatura, busca-se a autoria da obra, por exemplo, o ponto para onde converge sua coerência, sua significação. Por outro lado, no discurso científico a autoria se enfraquece, servindo para nomear uma teoria, desempenhando, portanto um papel diferente da primeira.

Em terceiro lugar, o princípio da disciplina, que seria oposto aos dois primeiros, visto que há um domínio de objetos, regras, proposições, definições específicas. Impõe ferramentas e limites teóricos para a formulação de novos enunciados. Pressupõe-se a existência de um discurso verdadeiro que controla a produção de discursos dentro desse campo de saber e poder.

O jornal veicula o discurso que foi oficializado ao ser reafirmado por aquela elite social e ao ser preservado. Ele é a palavra escrita, portanto verdadeira. Ele teve sua materialidade preservada para a posteridade. Os discursos são repetitivos, reafirmam a postura empreendedora e os nomes da “sociedade tijuicana” os políticos, empresários, comerciantes, clubes, lojas, os homenageados nas datas importantes, como o prefeito, “Álvaro Otávio Macedo de Andrade [...] o humanista”. Os discursos emitidos através do jornal reafirmam uma posição diante daquela sociedade: os responsáveis pelo “progresso” são os que têm espírito “laborioso”, logo, não são os que estão fora daquela sociedade discursiva, os passivos, pobres e sujeitados pelas heranças históricas e sociais. Nos editoriais foi possível a força política de uma vontade de verdade: “o progresso e o desenvolvimento de uma cidade só podem ser estruturados com a real participação de todo um povo otimista e laborioso” (Cidade de Ituiutaba, 16/09/1972).

Por fim, após observar os princípios de rarefação internos e externos do discurso, Foucault observa também o princípio de rarefação do sujeito. Para emitir determinado discurso, o sujeito precisa estar qualificado, e/ou autorizado a emitir um discurso; pois há sistemas de restrição impostos aos sujeitos, que são o ritual da circunstância e o princípio de pertencimento ou identificação com sociedades discursivas.

No primeiro, há a definição de qualificações, de gestos, de rituais e protocolos a serem seguidos por quem emite um discurso. Há um conjunto de signos que deve acompanhar o

discurso. Por exemplo, no caso do Jornal, ocorre o uso da linguagem formal e direta, o discurso jornalístico deve ser simples, porém não coloquial.

O outro princípio de rarefação do sujeito é o que o autor denomina “sociedades de discurso”. A finalidade delas é conservar ou produzir discursos que têm uma circulação fechada, que se difunde somente entre os “iniciados” naquele discurso. Os iniciados são os redatores, e aqueles que escrevem colunas ou opinam acerca do que será publicado no jornal: “os amigos e colaboradores”.

Ao contrário dessas sociedades, há também as doutrinas. Elas ligam os indivíduos através de determinados enunciados, ao mesmo tempo em que proíbe que eles acatem outros tantos diferentes daquele. Ela sujeita o indivíduo tanto através dos discursos que eles falam, dentro dos limites da doutrina, como também sujeita o próprio discurso àquele determinado grupo, real ou virtual, que é capaz (ou que está apto) a emití-lo. Para o jornal, seria desejável ser “humanista”, ou seja, nem capitalista, nem marxista.

Tecendo sua crítica em relação à construção de um saber-poder nas civilizações ocidentais, desde o fim da Idade Média até o século XX, Foucault critica essa sociedade de discurso que, buscando construir e reiterar uma verdade, acabou por instituir as práticas de rarefação do discurso discutidas anteriormente.

Hayden White considera Foucault um estruturalista, na medida em que ele, assim como os estruturalistas franceses, trata “os fenômenos humanos como se fossem fenômenos linguísticos” (WHITE, 1994: 253). Na observação de White, Foucault vai mais adiante, afirmando que mesmo que as ciências humanas tratem os fenômenos sociais no campo linguístico, elas estão também presas em seus próprios sistemas discursivos. Ele critica a crença de que as palavras são constructos transparentes, de valor representativo neutro, pois:

Para ele, todos os conceitos estabelecidos por essas “ciências” para o estudo do homem, da sociedade e da cultura são pouco mais que abstrações das regras dos jogos de linguagem que eles representam. Suas “teorias” são apenas “formalizações” das estratégias sintáticas de que se valem para nomear as relações supostamente existentes entre seus objetos de estudo. E suas “leis” não passam de projeções do campo semântico pressupostos pelos modos do discurso em que “nomearam” os objetos que habitam os seus respectivos domínios de análise (WHITE, 1994: 255).

Dessa forma, não há um significado oculto das palavras e dos discursos que teriam que ser revelados pela investigação, haveria apenas os discursos para serem lidos. Foucault tira, portanto a História da miopia em que ela mesma se colocou ao longo final do século XIX e início do XX. A metodologia proposta por Foucault é aparentemente simples. Basta olhar as coisas e descrevê-las. No entanto, esse exercício de enxergar não é uma tarefa fácil para os cientistas das humanidades, habituados a tentar buscar leis gerais e significados não aparentes nas coisas.

Michel Foucault procurou empreender uma história geral da civilização ocidental, através da investigação da normalização e da disciplina, através da busca de rupturas para estabelecer uma periodização, através dos discursos e, principalmente de suas inversões. Dessa forma, mostrou, através da análise de discursos, que não existem objetos naturais, posto que tudo seja tangível somente através do discurso. (O'BRIEN, 2001: 46-47).

Um dos conceitos importantes para o estudo da sociedade, e que muitas vezes é tomado como um objeto naturalizado, por exemplo, é a noção de Estado enquanto instituição que exerce o poder na sociedade contemporânea. A partir de Foucault essa noção tem seu estatuto negado, na medida em que, para o pensador francês, o poder não está no estado, mas capilarizado nas inúmeras relações sociais. Ao contrário do que se pratica nas ciências sociais, em algumas vertentes de pesquisa em história, para Foucault:

O poder não pode ser apreendido pelo estudo do conflito, da luta e da resistência, a não ser em suas manifestações mais estritas. O poder não é característico de uma classe (a burguesia) ou de uma elite dominante, nem pode ser atribuído a uma delas. (...) o poder é uma estratégia atribuível a funções (manobras, táticas técnicas). O poder não se origina nem na política nem na economia, não é ali que se encontram suas bases. O poder não só reprime, mas também cria. Dentre todos esses aspectos, o mais polêmico de todos é a constatação de que o poder cria a verdade e, portanto, sua própria legitimação. Cabe aos historiadores identificar essa produção da verdade como uma função do poder (O'BRIEN, 2011: 46).

Essa concepção de poder é a base em que está apoiada a metodologia do trabalho de Foucault. Ao buscar identificar os mecanismos de poder acionados nos discursos, é possível portanto, verificar como funciona a sociedade, e como, em cada momento histórico as tecnologias de poder atuam, se renovam e se modificam. Essa ideia é imprescindível para a utilização da metodologia de investigação e compreensão da sociedade proposta por Michel Foucault, a qual ele denomina método genealógico.

A genealogia proposta pelo autor consiste em buscar nos eventos históricos suas diferenças, suas mudanças. Segundo o autor é lá que se encontram os começos, as transformações, as diferenças. Estas são as responsáveis por evidenciar as manifestações do poder na sociedade. Foucault partia de uma descrição minuciosa das fontes, para em seguida justapô-las, descobrindo, dessa forma, suas diferenças e mudanças que revelam os conflitos e de onde emergem as mudanças nas relações de poder. É esse o local privilegiado de compreensão da teia de poderes da sociedade.

Observando os princípios de rarefação do discurso, observa-se que a noção de poder foucaultiana caminha para a capilaridade. Segundo o autor, “O poder está em toda a parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1999:89). Ou seja, o poder não se manifesta ou é exercido a partir de uma instituição ou de um conjunto de instituições. O poder não é gerido por sistemas de dominação. Para Foucault as leis, o Estado, entre outras formas “oficiais” ou manifestações visíveis de poder são apenas as suas terminações. Ele se manifesta através de jogos, lutas, afrontamentos, relações, e correlações que, por sua vez, não são permanentes ou iguais (FOUCAULT, 1988: 88-90).

Observando os discursos do jornal “Cidade de Ituiutaba” é possível verificar os jogos de poder naquela sociedade, onde os que têm o direito à palavra naquela “sociedade discursiva”, que é o jornal, buscam um exercício de poder econômico, social e discursivo. Nessa operação discursiva, desqualificam-se os oponentes, tentando defini-los discursivamente – os ricos “empreendedores” contra os pobres “passivos” – tentando justificar sua postura e seu lugar naquela cidade.

A seguir, serão observados os discursos dos jornais a respeito do abastecimento de água na cidade de Ituiutaba-MG, entre as décadas de 1970 e 1990, período de consolidação da autarquia municipal, a SAE<sup>11</sup>. Serão analisadas as manifestações de poderes dos setores privilegiados da cidade, na ordem discursiva estabelecida no jornal. Nela, os produtores do jornal e seus principais consumidores - a elite local – são os detentores das condições de uso, de produção do mesmo. Estabelece-se, portanto o direito privilegiado aos mesmos, além do

---

<sup>11</sup> Superintendência de Água e Esgotos. Autarquia municipal de economia mista responsável pelo tratamento e distribuição de água, coleta, tratamento e destinação de esgotos residenciais e pluviais da cidade.

ritual da circunstância, que delimita o que é falado e o lugar de onde é falado, onde são escolhido os temas pertinentes ao que lhes interfere diretamente, ou àqueles a quem respondem. Configura-se, portanto, uma sociedade do discurso.

### **O abastecimento de água através dos discursos do “CI”**

A cidade de Ituiutaba - MG enfrentou inúmeros problemas acerca do abastecimento de água ao longo das primeiras décadas do século XX. Devido ao aumento da demanda, a partir da década de 1950, o abastecimento que já era insuficiente, tornou-se uma questão crucial para as atividades urbanas em geral.

Com o desenvolvimento da atividade econômica no município, sobretudo em virtude da expansão da cultura do arroz, inúmeros trabalhadores rurais migraram da região Nordeste e do norte de Minas Gerais para a cidade, com o objetivo de trabalhar na rizicultura. Entre os anos 1950 e 1990 a cidade passou por um crescimento significativo de sua malha urbana, em parte devido a esse aumento populacional, ocasionado pela migração, e por outro lado, em decorrência do aquecimento da economia local, através do comércio varejista e da implantação de pequenas fábricas beneficiadoras de arroz. Em decorrência de tais atividades, o fluxo humano e de mercadorias era constante na área urbana, demandava melhorias infra-estruturais que iam desde o abastecimento de água, de esgotos e de iluminação pública, até a pavimentação de ruas e estradas. Por isso, foram mobilizados recursos, públicos e privados, de modo a promover essas obras. A cidade passou, nessas três décadas, por um processo de modernização urbana que envolveu as obras de infra-estrutura e a construção de prédios na área central, abertura de hotéis, pensões, lojas escolas, faculdades, entre outras mudanças na economia, na sociedade e na cultura locais.

As obras de expansão da rede de água e esgotos na cidade e a construção da estação de tratamento de água estão no cerne das mudanças físicas da estrutura da cidade, de modo que as obras de pavimentação de ruas e construção de prédios novos dependiam diretamente da construção das redes de água. Os calçamentos de ruas só ocorreram a partir das áreas centrais,

onde já existia uma rede de distribuição, ou nos locais em que se demandava a construção prévia das mesmas.

A SAE foi instalada em 1967, com a construção de uma estação de captação no Ribeirão São Lourenço e uma estação de tratamento e distribuição de água, dentro da cidade, concluída em 1970. Entre os anos 1970 e 1980, a autarquia passou pelo período de consolidação física e institucional, instituindo mecanismos de oferta e cobrança pelos seus serviços e expandindo a oferta dos mesmos à população. Dessa forma, a solução para o problema de abastecimento de água na cidade teve repercussões diferentes no jornal ao longo de sua existência. Nos anos iniciais, os discursos jornalísticos claramente exaltam a instalação da autarquia:

#### TEMOS ÁGUA FILTRADA E TRATADA

Resolvido antigo e angustiante problema

Desde o dia 7 p.p. está correndo água limpa nas torneiras de Ituiutaba. Água filtrada e tratada. Pura e cristalina, portanto. A população está exultante, pois o magno problema, que desafiou várias administrações municipais, encontra solução. (...) A instalação dos filtros foi efetuada pela FSESP atendendo ao pedido do prefeito Álvaro Otávio, que não poupou esforços para alcançar esse objetivo. Foram utilizados recursos do empréstimo concedido pelo BID, do Governo Federal, através da FSESP e do município através da SAE (Jornal Cidade de Ituiutaba, 13/07/72).

Comemora-se a instalação de filtros na estação de distribuição de água e os resultados, do processo, através da oferta de água limpa, “pura e cristalina”. Reconhece-se que a falta de água perdurou anos até a solução se apresentar naquele momento. Exalta-se a figura do prefeito enquanto agente mobilizador de esforços para a melhoria do serviço. No entanto, na edição de comemoração do aniversário da cidade, na penúltima página, a crônica assinada por João Petrágliã, que narra o percurso do abastecimento de água na cidade desde 1875 até aquele momento, evidencia o motivo da instalação dos filtros no sistema de abastecimento. O abastecimento de água feito pela SAE, nos primeiros anos, ocorreu aproveitando parte do sistema de abastecimento que já existia na cidade, que consistia em uma estação de captação e uma rede de distribuição que foi expandida:

Mas persistindo o problema [abastecimento insuficiente], resolveu-se a construção de uma barragem no S. Lourenço, e de uma estação de tratamento no alto da cidade, mas esta estação apresentou graves defeitos e, ao que parece, será construída outra.

O serviço de água, sob a Superintendência de Água e Esgotos – SAE – não poderia paralisar-se à espera da construção desta estação, e, então, providenciou-se a instalação de filtros que têm dado ótimo resultado. A população está sendo servida com água potável, transparente e pura há alguns meses. De modo que está em parte solucionado este problema, esperando ansiosa a população, que, em futuro próximo, funcione a estação de tratamento, quando haverá água suficiente para abastecer toda a cidade, inclusive os bairros (Jornal Cidade de Ituiutaba, 16/09/72).

O discurso de João Petrágli evidencia outro aspecto ainda mais interessante a respeito de como esse abastecimento ocorria, ou para quem se destinava. Segundo ele, “num futuro próximo haverá água suficiente para abastecer toda a cidade, inclusive os bairros”. Isso quer dizer que, como afirmado anteriormente, o abastecimento de água se destinou à área central da cidade. Isso provavelmente ocorreu devido à existência e uma rede de abastecimento nessa área, que foi construída nos anos 1910.

Ainda de acordo com a fala do Sr. João Petrágli, a justificativa para o não fornecimento de água para o restante da população urbana é que não há água suficiente. No entanto, em sua própria crônica, nos parágrafos seguintes, ele afirma que a água do Ribeirão São Lourenço seria suficiente para abastecer a população até os anos 2000:

Não obstante, com o crescimento natural da população, calculada em mais de 100 mil habitantes no ano 2.000, o mesmo problema tornar-se-á a reviver, como uma praga daninha (Jornal Cidade de Ituiutaba, 16/09/72).

Ora, parece não lhe incomodar que os demais bairros da cidade não tenham água, interessa, apenas, que aquela que lhe é servida é “potável, transparente e pura”, e que poderá escassear no futuro. Se o problema para ele – e para os demais leitores do jornal – estava resolvido, há motivos para comemorar.

Em poucos anos, a instituição que foi exaltada nos jornais rapidamente se transformou em uma arbitrariedade sobre os discursos emitidos pelo jornal, em defesa dos interesses particulares de algumas pessoas. Ao exigir a entrada em uma propriedade privada – para executar a instalação do serviço de esgotos – esta foi negada à autarquia, que decidiu interromper o serviço de abastecimento de água do dono do imóvel. Este, por sua vez, processou a instituição, tendo o julgamento favorável ao apelante. O episódio foi narrado da seguinte maneira no Jornal:

É grosseiro o abuso de poder, o arbítrio de certos órgãos de prestação de serviços públicos. Entre eles podemos evidenciar a empresa concessionária do serviço de água na cidade, a SAE.

O corte de água por qualquer motivo, inclusive falta de pagamento é uma arbitrariedade, um abuso de poder, assim como o da energia elétrica. Isso porque são benefícios necessários ao bem estar coletivo, sendo a água fundamental à própria vida.

Mas a SAE foi além. Cortou a água de um consumidor porque este se negou a permitir que ela entrasse em sua propriedade, para a extensão da rede de esgoto, não de seu interesse, interesse do consumidor, que viu a sua água cortada.

A matéria, levada à justiça, obteve sentença favorável ao consumidor (e contra a SAE) do Meritíssimo Juiz da Segunda Vara da Comarca, Dr. Anésio Alves dos Santos (Jornal Cidade de Ituiutaba, 22/05/1977).

Logo abaixo da reportagem, o acórdão foi publicado, reforçando a justificativa da crítica à postura da SAE:

Nego provimento ao recurso oficial, único interposto, para confirmar a sentença recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

De fato a autoridade impetrada não podia interromper o fornecimento de água aos impetrantes, para forçá-los a permitir o ingresso em sua propriedade. Mesmo que necessário, indispensável, o serviço no ramal de esgoto, o meio empregado para sua efetivação se revestiu de arbítrio, de abuso de poder (Jornal Cidade de Ituiutaba, 22/04/1977).

A cobrança do serviço de água era uma das condições para que a autarquia se mantivesse na cidade e conseguisse expandir os serviços a toda população. No entanto, o jornal afirma que o fornecimento de água deveria ser gratuito, o que não justificaria o seu corte por falta de pagamento, reforçando sua posição favorável ao consumidor. Atente-se para o fato de que esse serviço, antes da existência da SAE, não era cobrado e era oferecido apenas para uma pequena parcela da população – os moradores da área central, muitos deles pertencentes aquela classe economicamente privilegiada, de consumidores do jornal. Agora, observa-se que o jornal coloca que a extensão da rede de esgotos como uma escolha do proprietário do terreno. No entanto, essa proibição se torna perturbadora: o que teria levado o dono do imóvel a recusar o serviço? Agora observa-se que o acórdão do tribunal afirma que era um serviço no ramal de esgotos, portanto, não a instalação do serviço, como dito pelo jornal. Será que esse serviço seria cobrado posteriormente? Será que o usuário da rede causou-lhe algum dano, demandando reparos? Não deixa de ser intrigante a resistência à prestação do serviço efetuada pela SAE. Além disso, mesmo que a instituição tenha perdido o



processo, não ocorreu um espaço para que se esclarecessem os motivos que levaram a uma atitude “arbitrária” por parte da instituição, ou uma resposta à reportagem do jornal.

Observando esses discursos emitidos sobre a SAE no jornal “Cidade de Ituiutaba” podem ser identificados os princípios de rarefação do discurso, que são a interdição, a rejeição e a vontade de verdade. No caso do jornal, que revela-se como um espaço de expressão e luta política, ele se torna um lugar privilegiado de onde um segmento social e econômica local tem o direito à palavra, interditando os discursos que têm interesses opostos, omitindo ou proibindo sua expressão. Isso se configura enquanto uma forma de ritual de direito do qual esses indivíduos fazem uso e do qual sabem muito bem se servirem para exercício de poder naquela sociedade. Por exemplo, na reportagem sobre o que foi denominado “abuso de poder” da autarquia<sup>12</sup> que presta o serviço de água e esgotos, a mesma é rotulada como “arbitrária”, de modo a interditar sua atuação, rejeitando sua postura e, ao mesmo tempo, instituindo uma “verdade” sobre a mesma. Isso ocorre no momento da narração dos fatos e da publicação do acórdão judicial, desfavorável à posição tomada frente ao dono do imóvel. No entanto, a autarquia não teve espaço no jornal para que apontasse ou justificasse os motivos que a levaram a tal atitude. Ao emitir um discurso sobre a mesma, em um lugar privilegiado, de forma unilateral, o jornal interdita a postura da SAE, exerce seu ritual de direito privilegiado de fala, ao mesmo tempo em que impõe sua vontade de verdade, através do discurso.

### **Considerações finais**

AS disputas sociais, e nelas o posicionamento do jornal puderam ser verificados e ser na medida em que se liam os discursos do mesmo, sobretudo observando quem foram seus produtores e consumidores. Esses discursos partiam de um setor social e economicamente privilegiado, que defendia seus interesses e tentava ratificar sua posição e seu poder, através do jornal. O jornal “Cidade de Ituiutaba” foi um campo político de materialização de discursos e da realidade passada, possibilitando-nos conhecer uma parte daquela sociedade, e a forma como aqueles indivíduos, que pertenciam à elite local, defendiam seus interesses. O

---

<sup>12</sup> “Abuso de poder da SAE é derrubado no tribunal”. Jornal Cidade de Ituiutaba, ano VII, n. 310, 13 de julho de 1972, p. 1.

jornal em questão foi um espaço eminentemente político, ao mesmo tempo em que atuou como ferramenta de prática política, que pode ser percebida também através da rarefação de discursos.

### **Fontes:**

Ituiutaba. **Zoneamento Urbano**. Lei Nº 312 de 18 de março de 1955.

Jornal Cidade de Ituiutaba. Ano I, número 2, 30 dez. de 1965.

Jornal Cidade de Ituiutaba, n. 190, 02 de jul. de 1970.

Jornal Cidade de Ituiutaba, Ano VII, n. 310, 13 de jul. de 1972.

Jornal Cidade de Ituiutaba, Ano VII, n. 327. 16 de set. de 1972.

Jornal Cidade de Ituiutaba, n. 1082. 13 de jul. de 1976.

Jornal Cidade de Ituiutaba, ano XII, n. 1267. 22 de abr. de 1977.

### **Referências Bibliográficas**

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal: 1988. pp. 88-90.

O'BRIEN, Patrícia. A História da Cultura de Michel Foucault. In.: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural: O homem e a História*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WHYTE, Hayden. Foucault decodificado. In.: *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 1994.